

A imaginação do passado e a construção da identidade grega: o caso da Arqueologia Clássica no século XIX

JOSÉ GERALDO COSTA GRILLO*

Introdução

A Arqueologia em geral vem atentando, já faz um bom tempo, para o campo discursivo de sua disciplina, bem como para as epistemologias que moldam seus discursos. Assim, a história das arqueologias tem posto à luz seus quadros interpretativos, possibilitando a crítica de suas práticas discursivas (cf. Funari, 2007, p. 30). O mesmo se passa no caso particular da Arqueologia Clássica, que também se repensa por meio de análises, cada vez mais frequentes e contundentes, de seu discurso, buscando detectar os escritos fundadores e as condições de sua produção e assim compreender como a disciplina constrói seu objeto de conhecimento (cf. Shanks, 1996, p. 92-118).

O campo da Arqueologia foi fortemente impactado ao longo dos anos 1990 pelo surgimento de estudos interessados na relação entre nacionalismo e construções de identidades nos tempos passados. Tomou-se consciência de que tanto o passado tem sido usado com determinadas intenções, como do fato deste nunca ser um campo neutro de discurso, uma vez ser descrito por narrativas arqueológicas profundamente imbricadas no interior de realidades sociopolíticas atuais (cf. Meskell, 1998, p. 1-3). Nessa direção, Pedro Paulo Abreu Funari (2007, p. 28) afirma que “a Arqueologia Histórica liga-se, de forma umbilical, às noções de identidade, tratando de sociedades, de uma forma ou de outra, relacionadas ao arqueólogo”.

* Professor Adjunto do Departamento de História da Arte da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Pós-doutor na Universidade Estadual de Campinas, com bolsa da FAPESP.

1. Argumento

As relações do presente com o passado têm gerado um intenso debate entre os pesquisadores, implicando em um intrincado jogo que permeia as sociedades atuais. A Arqueologia Clássica, no quadro das ciências modernas, é uma disciplina recente, que, mesmo com raízes longínquas no tempo, remonta às primeiras décadas do século XIX. No contexto europeu da época, no qual se estabeleciam dois movimentos, o dos Estados Nacionais e o da expansão colonial, as pesquisas arqueológicas adquiriram uma nova dimensão, expressa de modo particular nos países que estavam em busca de suas identidades nacionais. O caso da Grécia é, nesse sentido, exemplar, uma vez que seu passado desempenha importante papel no imaginário grego atual.

2. Arqueologia, nacionalismo e identidade

Um dos primeiros arqueólogos a demonstrar que a Arqueologia opera dentro de contextos sociais foi Bruce Graham Trigger (1984). Percebendo que havia considerável variação, de um país ou de uma região do mundo para outra, no modo como arqueólogos problematizam e interpretam os registros arqueológicos, examinou como essas variações revelam fatores que influenciaram suas pesquisas e constatou três diferentes contextos sociais: o nacionalismo, o colonialismo e o imperialismo, cada qual produzindo um tipo distinto de arqueologia a ele associada.

Muitas dessas arqueologias têm uma orientação nacionalista, levando os arqueólogos a abandonarem o foco primário sobre a evolução e concentram-se em interpretar os registros materiais de povos específicos. No contexto do modelo histórico-cultural, a arqueologia nacionalista foi usada para reforçar e mesmo sustentar o orgulho e os valores de nações ou de grupos étnicos (cf. Trigger, 1984, p. 358; 1989, p. 174; 1995, p. 273-277). O nacionalismo requer, para isso, a elaboração de um passado seja ele real ou inventado e, tanto num caso como no outro, os dados arqueológicos são manipulados conforme os propósitos nacionalistas, sendo o maior

deles a construção de uma nação; tema que ultrapassa o século XIX e permanece inalterado no XX (cf. Kohl; Fawcett, 1995, p. 9-10; Kohl, 1998, p. 223).

O processo de construção de uma nação implica, portanto, a formação de identidades (cf. Meskell, 2007, p. 24). Arqueologia desempenha nessa esfera um papel preponderante, pois a materialidade de seu objeto de pesquisa tem forte apelo no imaginário contemporâneo, devido à concretude dos monumentos e objetos históricos, sua visibilidade nos museus e seu valor icônico. Ligam-se ao tema das identidades porque podem ser mobilizados e dispostos conforme essa finalidade. Atitude bastante frequente, como ver-se-á a seguir.

3. O caso da Grécia

No estudo mais recente sobre a arqueologia grega, Anastasia Sakellariadi (2010), enfatizou que o desenvolvimento da arqueologia na Grécia foi determinado pelo papel central desempenhado pela Antiguidade Clássica no imaginário europeu e grego.

Ao abordar o tema da construção do passado pelos Gregos modernos, Michael Shanks já observava como a restauração do Partenon para dar boas vindas ao rei Oto da Bavária a sua capital Atenas “foi um claro símbolo da unidade ideológica entre as idéias classistas e a expressão do poder do Estado” e de como “monumentos arqueológicos tornaram-se verdadeiros emblemas do novo Estado grego depois de 1821” (Shanks, 1996, p. 79).

O arqueólogo grego Yannis Hamilakis foi quem mais desenvolveu esta temática. “A Grécia, diz ele, é ao mesmo tempo um país e um *topos* no imaginário ocidental, uma realidade e um mito, um bem nacional e uma reivindicação internacional” (Hamilakis, 2007, p. 58).

Hamilakis chega a essa tese investigando as ligações e associações da Antiguidade Clássica e seus objetos com a arqueologia e a imaginação nacional. Nesse

sentido, procura responder a uma série de questões inter-relacionadas: por que a necessidade de vestígios materiais do passado? Como eles operam no processo de se imaginar a nação? Como contribuem para a idéia de nação e à produção de sua materialidade? Qual o papel da arqueologia e dos diferentes atores sociais (Estado, intelectuais, instituições etc.)? Por que certos temas e contextos e não outros?

Está em jogo, portanto, o papel dos vestígios materiais da Grécia antiga e das práticas arqueológicas dentro da imaginação nacional (cf. Hamilakis, 2007, p. 57-123). A construção da nação deu-se sobre a base dos seguintes fatores, dentre outros: independência nacional da Turquia; reconstrução de monumentos históricos, como o Partenon e o templo de Atena Nike na Acrópole; a formação de uma história mítica da nação por parte dos intelectuais, que valorizou os monumentos clássicos; proteção das antiguidades e o surgimento de uma historiografia nacional; intensificação das atividades arqueológicas e o surgimento de uma arqueologia nacional; política estatal através de instituições arqueológicas e jornais oficiais; a importância dos artefatos devido ao positivismo arqueológico que os toma com valor absoluto e sua divulgação ao público.

Houve, assim, uma redescoberta da herança helênica pelo povo grego em consequência de processos ligados a desenvolvimentos políticos, bem como a tendências ideológicas, como, por exemplo, a glorificação da Grécia clássica pelas nações européias. Nesse contexto, o estabelecimento da antiguidade clássica como capital simbólico da nação grega resultou da adoção do ideal ocidental do helenismo (cf. Morris, 2000, p. 37-76).

Todavia, houve uma passagem desse helenismo ocidental para um indígena, tipicamente grego (cf. Hamilakis, 2007, p. 112-119). A Grécia moderna foi inventada por uma convergência dos processos colonial e nacional, ou seja, por fatores externos no primeiro caso e internos no segundo. Se por um lado, Europa colonial, através do mecanismo do helenismo ocidental baseado em uma narrativa linear de continuidade entre o passado grego e seu presente, inventou a Grécia moderna, por outro, é

necessário enfatizar que a narrativa nacional helênica emancipou-se desse conceito adaptando-o e o transferindo para si mesma.

Seja como for, nessa linha de pensamento, a Grécia moderna foi inventada do presente para o passado com a ajuda da arqueologia. O problema desse processo formativo é que a busca no passado para o estabelecimento étnico de uma nação atual pode até legitimar o presente, mas cria, ao mesmo tempo, um sentido pseudo-histórico de continuidade (cf. Kotsakis, 1998, p. 51). Além disso, como ressalta Lynn Meskell (1998, p. 6), a Arqueologia tem abandonado as grades narrativas universais, que dariam conta de explicar o todo não importa a época e o lugar, e voltando-se a estudos contextuais, nos quais as diferenças culturais, a diversidade social e as múltiplas identidades não são apagadas, sendo, antes, valorizadas.

Considerações finais

O objetivo desse estudo foi o de mostrar como a nação Grega moderna foi imaginada e construída; porém, não se teve a pretensão de analisar casos específicos de usos do passado e sim explicitar os mecanismos envolvidos nesse processo de invenção tanto do passado quanto do presente. Privilegiou, assim, os estudos mais recentes que contribuíram para a passagem de uma arqueologia de caráter nacionalista para uma arqueologia do nacionalismo.

O foco não esteve somente na arqueologia do nacionalismo, mas também na arqueologia das identidades, que tanta ênfase tem posto no diverso, no diferente, no outro justamente na sua condição de outro. Arqueologias que no caso abordado se unem em uma crítica genealógica de seus discursos e de suas práticas com o mesmo intuito de ao menos tentar um estudo do passado mais livre do presente e com as feições dele mesmo.

Agradecimentos

Agradeço aos meus professores Haiganuch Sarian e Pedro Paulo Abreu Funari e aos meus colegas Glaydson José da Silva e Renata Senna Garraffoni. Menciono o apoio institucional da UNIFESP, da UNICAMP, do MAE-USP e da FAPESP. A responsabilidade pelas idéias restringe-se ao autor.

Referências bibliográficas

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia e patrimônio*. Erechim: Habilis, 2007. p. 27-34.

HAMILAKIS, Yannis. *The nation and its ruins: antiquity, archaeology, and national imagination in Greece*. Coll. "Classical Presences". Oxford: Oxford University, 2007.

KOHL, Philip L.; FAWCETT, Clare. Archaeology in the service of the state: theoretical considerations. In: KOHL, Philip L.; FAWCETT, Clare (ed.). *Nationalism, politics, and the practice of archaeology*. Cambridge: Cambridge University, 1995. p. 3-18.

KOHL, Philip L. Nationalism and archaeology: on the constructions of nations and the reconstructions of the remote past. *Annual Review of Anthropology*, 27, p. 223-246, 1998.

KOTSAKIS, Kostas. The past is ours: images of Greek Macedonia. In: MESKELL, Lynn (ed.). *Archaeology under fire: nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. London; New York: Routledge, 1998. p. 44-67.

MESKELL, Lynn. Introduction: archaeological matters. In: MESKELL, Lynn (ed.). *Archaeology under fire: nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. London; New York: Routledge, 1998. p. 1-12.

_____. Archaeologies of identity. In: INSOLL, Timothy (ed.). *The archaeology of identities: a reader*. London; New York: Routledge, 2007. p. 23-43.

MORRIS, Ian. *Archaeology as cultural history: words and things in Iron Age Greece*. Oxford, Blackwell, 2000.

SAKELLARIADI, Anastasia. Community archaeology: a threat or an opportunity for Greek archaeology? *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress*, 6.3, p. 514-527, 2010.

SHANKS, Michael. *Classical archaeology of Greece: experiences of the discipline*. London; New York, 1996.

TRIGGER, Bruce Graham. Alternative archaeologies: nationalist, colonialist, imperialist. *Man*, 19, p. 355-370, 1984.

_____. *A history of archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University, 1989.

_____ Romanticism, nationalism, and archaeology. In: KOHL, Philip L.; FAWCETT, Clare (ed.). *Nationalism, politics, and the practice of archaeology*. Cambridge: Cambridge University, 1995. p. 263-279.